



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação Cível n. 260.227-3

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Embargada: Rilcilene Bezerra de Lira E OUTRO

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA

EMENTA: embargos de declaração em recurso de apelação. Matérias já tratadas no acórdão embargado. Prequestionamento implícito. Omissão inexistente. Intuito de modificação do julgado. Via inadequada. Embargos rejeitados. Decisão unânime.

1 - As matérias supostamente omissas foram exaustivamente apreciadas pelo voto embargado, não havendo que se falar em qualquer tipo de omissão.

2 - O julgador é obrigado a fundamentar suas decisões, sob pena de nulidade, mas não a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, nem a especificar os artigos ou dispositivos utilizados para adotar seu posicionamento quando do julgamento da demanda, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

3- A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ.

4 - O Embargante tenta em sede de embargos de declaração revisitar o julgado, objetivando sua reforma e desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC.

5 - Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Embargos de Declaração n. 260.227-3, em que figuram como partes as acima indicadas, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª Câmara Cível, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 01.11.11

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

1

Embargos de Declaração na Apelação Cível n. 260.227-3

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Embargada: Rilcilene Bezerra de Lira E OUTRO

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Cuido de embargos de declaração opostos pela Companhia Energética de Pernambuco - CELPE contra acórdão que negou provimento à apelação cível anteriormente interposta pela ora embargante.

O cerne do debate reside na apuração da responsabilidade da CELPE pela morte por eletroplessão de Sérgio João da Silva, ex-marido de Rilcilene e genitor de Tâmara, bem como dos montantes indenizatórios devidos pelo aludido infortúnio.

O acórdão embargado foi assim ementado (fl. 401 e verso):

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - MORTE POR ELETROPLESSÃO - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA - REJEITADA - MÉRITO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - ART. 37, §6º, CF - NEGLIGÊNCIA COMPROVADA - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - MANUTENÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA - REDUÇÃO DO PENSIONAMENTO MENSAL FIXADO PELA DECISÃO RECORRIDA PARA 2/3 DOS RENDIMENTOS DA VÍTIMA - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - CONFIGURADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO POR UNANIMIDADE.

I - O indeferimento da denúncia da lide não configura cerceamento do direito de defesa e não gera qualquer nulidade à sentença apelada. Afinal, a concessionária, como denunciante, não resta prejudicada, podendo pleitear em ação regressiva o ressarcimento porventura cabível.

II - A denúncia da lide não é obrigatória no caso do inciso III do artigo 70 do Código de Processo Civil.

III - Não pode a concessionária se furtar ao dever de fiscalização e de boa prestação dos serviços oferecidos, fiscalização esta que tem como objetivo principal a averiguação das condições dos postes de sustentação dos fios e das linhas de transmissão de eletricidade, com vistas à segurança da coletividade

IV - A companhia estadual de energia elétrica é detentora de responsabilidade objetiva, nos termos do art. 37, §6º, da CF, bastando ao autor demonstrar a existência do dano e do nexo de causalidade, independentemente de dolo ou culpa da concessionária ou dos seus agentes, para haver a indenização pleiteada.

V - Uma vez inquestionáveis o dano, o ato comissivo do agente e o liame causal entre ambos, é patente o dever de indenizar, por força do art. 186 do atual Código Civil.

VI - O fato de a ruptura do fio de alta tensão ter sido provocada pela queda de árvore após forte temporal, não exclui a responsabilidade da concessionária, pois as chuvas são ocorrências previsíveis e não podem ser consideradas causas inevitáveis do acidente, principalmente porque, no caso em tela, não se

demonstraram as condições de conservação e de segurança da rede elétrica na data do sinistro.

VII - De acordo com o entendimento do STJ, há presunção relativa de dependência econômica entre os integrantes de família de baixa renda. In casu, restou demonstrado que o falecido laborava como motorista, era casado e possuía filha de apenas 1 ano e 3 meses de idade à época do evento danoso. Desse modo, é perfeitamente presumível a contribuição do de cujus para o sustento da família, a justificar o pensionamento mensal arbitrado pelo magistrado de piso.

VIII - Ao contrário do alegado pela concessionária, há razão para a fixação da "base de cálculo da pensão" ter sido fixada em dois salários mínimos, pois, à época do evento danoso (2004), o salário mínimo era fixado no valor de R\$ 240,00 e os contracheques do falecido comprovam que ele recebia cerca de dois salários mínimos por mês.

IX - De acordo com o entendimento jurisprudencial majoritário, o pensionamento mensal decorrente de responsabilidade civil deve ser fixado em 2/3 dos rendimentos da vítima, devendo ser abatido o terço correspondente aos seus gastos com despesas pessoais.

X - Indenização por danos morais mantida em R\$ 140.000,00.

XI - Diante da ocorrência de sucumbência recíproca, deve ser determinada a divisão das verbas sucumbenciais, mas reduzidas de 15% para 10% sobre o valor da condenação.

XII - Recurso parcialmente provido por unanimidade.

Embargos de declaração (fls. 407/414): Sem preliminares. No mérito, a CELPE alega ter sido o voto embargado omissivo por não ter lançado as circunstâncias fáticas destacadas no recurso apelatório, notadamente a alegação de ausência de culpa da concessionária pelo evento danoso. Com base nisso, defende ter havido desconconsideração do art. 331, I, do CPC e dos arts. 186, 188, 927 e 944 do Código Civil. Por fim, alega ter sido a indenização por danos morais arbitrada de forma exorbitante, sem levar em consideração às "conjecturas fáticas lançadas nos autos".

Com base nessas considerações, pugna pelo provimento do presente recurso, com o esclarecimento dos supostos pontos omissivos.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife, 21.11.14


EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação Cível n. 260.227-3

Embargante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Embargada: Rilcilene Bezerra de Lira E OUTRO

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Por meio do presente recurso, a CELPE defende ter sido o voto embargado omissivo por não ter lançado as circunstâncias fáticas destacadas no recurso apelatório, notadamente a alegação de ausência de culpa da concessionária pelo evento danoso. Com base nisso, alega ter havido desconsideração do art. 331, I, do CPC e dos arts. 186, 188 e 927 e 944 do Código Civil. Por fim, alega ter sido a indenização por danos morais arbitrada de forma exorbitante, sem consideração às "conjeturas fáticas lançadas nos autos".

A bem da verdade, as referidas matérias foram devidamente apreciadas pelo voto embargado, como restará demonstrado.

Quanto à responsabilidade da CELPE pelo evento danoso

Inicialmente, a CELPE alega omissão do julgado embargado quanto às circunstâncias fáticas destacadas no recurso apelatório, notadamente quanto à alegação de ausência de culpa da concessionária pelo evento danoso.

Segundo a CELPE, a queda da fiação não foi causada pelas chuvas, mas pela queda de uma árvore em decorrência de forte temporal. Com base nisso, defende ter a fatalidade decorrido de força maior, razão pela qual teria restado configurada uma excludente da responsabilidade civil.

Não merece prosperar a irresignação da CELPE, pois o voto manifestou-se exaustivamente sobre a aludida questão nos seguintes termos:

Trata-se originariamente de ação indenizatória por danos materiais e morais, movida por Rilcilene Bezerra de Lira Silva e Tâmara Bezerra de Lira Silva, respectivamente esposa e filha de Sérgio João da Silva, falecido por eletrolessão, em 07 de abril de 2004, ao receber forte descarga elétrica de um fio que se encontrava caído em via pública, conforme atesta a certidão de óbito de fl. 30.

De acordo com o Boletim de Ocorrência de fl. 34, no dia 07 de abril de 2004, por volta das 20:30h a 1ª Delegacia de Polícia da Capital constatou a morte de Sérgio João da Silva, como demonstra a transcrição adiante realizada:

"(...) foi informada que nas proximidades do Hospital Esperança, teria acontecido uma morte, ao chegar exatamente na Rua Sport Club do Recife - Paissandú, foi constatada a veracidade do fato (...) a vítima foi encontrada na calçada do centro administrativo de pedagogia, evolto no fio de alta tensão (...)" (original sem destaques)

Em razão do aludido acidente, o corpo foi encaminhado ao IML, onde foi feita a perícia tanatoscópica juntada à fl. 32, a qual concluiu como causa da morte a eletroplessão sofrida pela vítima.

Feito esse breve relato dos fatos, passo a analisar as alegações de defesa da CELPE.

Em um primeiro momento, a CELPE pretende eximir-se de sua responsabilidade pelo acidente fatal, transferindo-a à EMLURB, por ser a responsável por todas as atividades inerentes à iluminação pública.

Segundo a CELPE, a queda da fiação causadora do acidente derivou da queda de uma árvore após fortes chuvas na noite anterior ao infortúnio. Seguindo esse raciocínio, conclui ter sido o sinistro causado pela omissão do ente público municipal, diante da ausência de poda da aludida árvore.

Como cediço, a CELPE se enquadrava como concessionária de serviço público e, portanto, **responde objetivamente pelos eventuais danos causados por suas atividades.**

Incide, no presente caso, portanto, a teoria do risco administrativo expressa no art. 37, §6º da Constituição Federal de 1988¹, segundo a qual é objetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, por ato de seus agentes, independentemente da comprovação de dolo ou culpa em suas condutas.

De acordo com a teoria do risco administrativo, aquele que desenvolve atividade capaz de criar risco de dano para terceiros deve ser obrigado a repará-lo, inobstante sua atividade e seu comportamento sejam isentos de culpa.

Por outro lado, igualmente se aplica ao caso concreto o disposto nos arts. 14 e 22, do CDC, *verbis*:

*"Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. § 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:
I - o modo de seu fornecimento;
II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;
III - a época em que foi fornecido.*

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros em quanto aos essenciais, contínuos".

Como se observa, o CDC é expresso ao fixar para o fornecedor do serviço o dever de segurança, disciplinando ser o serviço defeituoso quando não fornece segurança.

Com efeito, a CELPE, na qualidade de concessionária de serviço público atuante no setor de transmissão de energia elétrica, desempenha atividade de alta periculosidade, oferecendo risco à população. Por essa razão, deve responder, independentemente de dolo ou culpa em sua conduta, por danos causados aos cidadãos em virtude do perigo inerente aos seus serviços.

Assim, ao contrário do defendido pela CELPE, as concessionárias de serviço público encarregadas da transmissão de energia elétrica tem obrigação de zelar pela perfeita manutenção de seus equipamentos e rede, razão pela qual se deixar de fazê-la, responde pelos danos daí resultantes.

¹ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
omissis

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Esse também é o entendimento desta Corte de Justiça, conforme demonstram os julgados abaixo transcritos:

EMENTA:- APELAÇÃO CÍVEL - CELPE - SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - CERCEAMENTO DE DEFESA - INEXISTÊNCIA - LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM - DANOS MORAIS - CONFIGURADO - VERBA INDENIZATÓRIA - RAZOABILIDADE - PROPORCIONALIDADE - OBSERVÂNCIA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

1. A mera alegação de julgamento antecipado da lide, com prejuízo de produção de prova pericial requerida, não configura, por si só, cerceamento de defesa.

2. Presente o vínculo jurídico entre a autora e a ré - relação de consumo - configura-se a legitimidade ativa ad causam da ora apelada.

3. **A concessionária de serviço público encarregada do fornecimento de energia elétrica tem a obrigação de zelar pela perfeita manutenção de seus equipamentos e rede; deixando de fazê-lo, responde pelos danos daí resultantes.** [...]

5. Apelação improvida. (TJPE, Apelação Cível nº: 227504-1. Relator: Des. Eduardo Sertório. 3ª Câmara Cível. Julgamento em: 12/01/2012). (original sem destaques)

Ademais, de acordo com o entendimento do STJ, os riscos decorrentes do fornecimento de energia elétrica devem ser repartidos por todos, gerando a responsabilização da coletividade, na figura do Estado e de suas concessionárias, pelos danos ocasionados. Senão vejamos:

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. ATIVIDADE DE ALTA PERICULOSIDADE. TEORIA DO RISCO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CONSERVAÇÃO INADEQUADA DA REDE DE TRANSMISSÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CULPA DA EMPRESA RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. **A empresa que desempenha atividade de risco e, sobretudo, colhe lucros desta, deve responder pelos danos que eventualmente ocasione a terceiros, independentemente da comprovação de dolo ou culpa em sua conduta.**

2. **Os riscos decorrentes da geração e transmissão de energia elétrica, atividades realizadas em proveito da sociedade, devem, igualmente, ser repartidos por todos, ensejando, por conseguinte, a responsabilização da coletividade, na figura do Estado e de suas concessionárias, pelos danos ocasionados.**

3. Não obstante amparar-se na Teoria do Risco, invocando a responsabilidade objetiva da concessionária, a instâncias ordinárias também reconheceram existência de culpa em sua conduta: a queda de fios de alta tensão era constante na região, mesmo assim a empresa não empreendeu as necessárias medidas de conservação da rede, expondo a população a risco desnecessário.

4. Não se conhece do recurso no tocante à redução da pensão mensal, porquanto os danos materiais foram fixados na sentença, sem que a parte ora recorrente impugnasse tal ponto em seu recurso de apelação, conformando-se com o decisum.

5. O valor fixado nas instâncias locais para a indenização por danos morais não se apresenta exorbitante ou ínfimo, de modo a afrontar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, incidindo na espécie o enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

6. Ressalva do entendimento do e. Ministro Aldir Passarinho Júnior, que não conheceu do recurso especial, adotando exclusivamente o fundamento relativo à culpa da concessionária demonstrada nas instâncias ordinárias, o que enseja sua responsabilidade subjetiva por omissão.

7. Recurso especial não conhecido.

(REsp 896.568/CE, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/05/2009, DJe 30/06/2009). (original sem destaques)

A propósito, o entendimento jurisprudencial tem se fixado no sentido de que a ocorrência de fortes chuvas não constitui caso fortuito ou força maior apto a afastar o dever de indenizar, em hipóteses como a dos autos, pois se trata de fato previsível em relação ao qual se pode afastar os prejuízos com um adequado planejamento por parte da concessionária.

Nesse sentido já decidiram o TJMG e o TJRS:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E CIVIL - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - MORTE DE FILHO POR ELETROPLESSÃO - CASO FORTUITO NÃO CONFIGURADO -

RESPONSABILIDADE OBJETIVA - INTELIGÊNCIA DO ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - DANOS MATERIAIS E MORAIS - VALOR DA REPARAÇÃO - ARBITRAMENTO. O rompimento de fio da rede elétrica, que venha a atingir transeunte em via pública causando-lhe a morte, se enquadra na modalidade de responsabilidade objetiva, resultante do risco administrativo previsto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal. A Concessionária de serviço público responde com base no nexo de causalidade pelos danos que produzir, cabendo-lhe a comprovação da exclusão de sua responsabilidade. **O temporal que provoca queda de galhos na rede elétrica, ainda que não rotineiro, e não pode ser considerado caso fortuito para o fim de excluir a responsabilidade da Concessionária, ainda mais quando se verifica que o sistema de desligamento automático da rede elétrica, em caso de rompimento de cabo de alta tensão, não funcionou adequadamente.** Nos termos do enunciado da súmula 490, do e. Supremo tribunal Federal, "A pensão correspondente a indenização oriunda de responsabilidade civil, deve ser calculada com base no salário-mínimo vigente ao tempo da sentença e ajustar-se-á as variações ulteriores." A fixação do valor do dano moral fica adstrita ao exame das circunstâncias e das consequências do fato, não devendo ser nem excessiva nem irrelevante, observando-se os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade. (Apelação Cível nº 1.0672.02.077345-9/001 (1). Relator: GOUVÊA RIOS. Data do Julgamento: 07/06/2005. Data da Publicação: 24/06/2005). (original sem destaques)

E mais,

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. CABO DE ALTA TENSÃO caído NA VIA PÚBLICA. VEÍCULO. MORTE por choque elétrico (eletroplessão). DANOS patrimoniais. despesas com sepultamento. danos extrapatrimoniais. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. TEMPORAL. CASO FORTUITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. VIOLAÇÃO DO DEVER DE DILIGÊNCIA. culpa exclusiva da vítima. afastada. PROVA DO DANO. DEVER DE INDENIZAR.

[...]

Tratando de responsabilidade civil do Estado por omissão, aplica-se a teoria da responsabilidade civil objetiva, segundo a qual deve o cidadão comprovar a omissão, o dano e o nexo causal. A omissão capaz de gerar o dever de indenizar está relacionada com o descumprimento de um dever jurídico de agir. Exigibilidade de conduta, examinada a partir do princípio da proporcionalidade e das situações do caso concreto.

- Comprovação dos Requisitos da Responsabilidade Objetiva -

Conjunto probatório que atesta a ocorrência do acidente de consumo, em decorrência da falta de energia elétrica que deu causa à morte do condutor do veículo, no qual a fiação elétrica se enroscou. Ausência de excludente da responsabilidade.

No caso, o temporal ocorrido não se constitui como caso fortuito. Trata-se de evento natural previsível que não afasta a responsabilidade da concessionária, que deve manter uma adequada estrutura de planejamento, para evitar que ocorram acidentes em razão da queda de fios de alta tensão na via pública.

Precedentes desta Corte.

Incidência do art. 14 do CDC. Descumprimento dos deveres de segurança e eficiência por parte da concessionária de serviços públicos.

É vedado à concessionária valer-se da própria omissão para excluir sua responsabilidade de indenizar.

- Danos PATRIMONIAIS -DESPESAS COM FUNERAL.

Comprovados os danos patrimoniais, consistentes nas despesas com funeral, deve a ré ressarcir os prejuízos suportados. [...] (Apelação Cível Nº 70045247210 . Nona Câmara Cível. Relator: Des. LEONEL PIRES OHLWEILER. Julgamento: 25 de abril de 2012). (original sem destaques)

E ainda,

RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZATÓRIA. DANOS MATERIAIS. SECAGEM DE FUMO. COMPANHIA ELÉTRICA. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL AFASTADA. TEMPORAL. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR. EVENTOS NATURAIS PREVISÍVEIS QUE NÃO AFASTAM A RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA. NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE PROCEDIMENTOS EFICIENTES A AGILIZAR O RESTABELECIMENTO DA ENERGIA ELÉTRICA E MINIMIZAR OS PREJUÍZOS PROVOCADOS AOS USUÁRIOS. DANOS E NEXO DE CAUSALIDADE DEMONSTRADOS. PERDA DE QUALIDADE DO FUMO PROVOCADA PELA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REDE, DA RÉ. APLICAÇÃO DO CDC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO E DECORRENTE DA INEFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART. 37, § 6º DA CF. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71002722700, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Julgado em 30/09/2010) (original sem destaques)

637

Como se observa a partir dos precedentes acima transcritos, o fato de a ruptura do fio de alta tensão ter sido provocada pela queda de árvore após forte temporal, não exclui a responsabilidade da CELPE. Afinal, **as chuvas são ocorrências previsíveis e não podem ser consideradas causas inevitáveis do acidente, principalmente porque, no caso em tela, não se demonstraram as condições de conservação e de segurança da rede elétrica na data do sinistro.**

É evidente, portanto, a responsabilidade da CELPE pela manutenção da rede elétrica e consequentemente, pelos danos dela decorrentes.

Conforme bem pontuado pelo magistrado de primeiro grau "A eventual responsabilidade do município, através de sua empresa pública, na podação de árvores, não serve como escusa quanto à responsabilidade da demandada".

No caso concreto, são, portanto, inquestionáveis o dano, o ato omissivo do agente, o liame causal entre ambos e a culpa da CELPE. Assim, bem andou o juiz de 1º grau ao reconhecer o dano moral alegado por Rilcilene e Tâmara em razão da morte de morte Sérgio João da Silva por eletroplessão.

Como se observa, o voto apreciou devidamente a responsabilidade da CELPE pelo infortúnio, não havendo que se falar em qualquer omissão do voto embargado quanto ao tema.

Quanto à suposta desconconsideração de determinados dispositivos legais

Ainda em suas razões recursais, a CELPE defende ter havido a desconconsideração dos artigos 331, I, do CPC e dos arts. 186, 188, 927 e 944 do Código Civil.

Como cediço, o julgador é obrigado a fundamentar suas decisões, sob pena de nulidade, mas não a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, nem a especificar os artigos ou dispositivos utilizados para adotar seu posicionamento quando do julgamento da demanda, **desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.**

O STJ tem posicionamento reiterado nesse sentido como demonstra o voto abaixo transcrito:

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. VALOR. EXCESSO. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** I. A multa por descumprimento de decisão judicial não pode ensejar o enriquecimento sem justa causa da parte a quem favorece, devendo ser reduzida a patamares razoáveis. II. **Admite-se o prequestionamento implícito, configurado quando a tese jurídica defendida pela parte é debatida no acórdão recorrido.** III. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, sendo negado provimento a este. (1041518 DF 2008/0061890-0, Relator: Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Data de Julgamento: 22/03/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/03/2011) (original sem destaques)*

Logo, a decisão da forma em que se encontra é suficiente para caracterizar a efetiva apreciação do feito e o prequestionamento da matéria, independentemente da menção expressa a determinados dispositivos legais.

Quanto ao valor indenizatório fixado a título dos danos morais

Nesse ponto, a CELPE defende ter sido o julgado omissivo, por não ter levado em consideração "diversas conjecturas fáticas lançadas nos autos".

Ainda nesse particular, alega ser equivalente a vinte salários mínimos o patamar adotado pela jurisprudência pátria para casos semelhantes ao presente.

Mais uma vez não merece prosperar a alegação da CELPE. O valor indenizatório foi devidamente apreciado, tanto com base nas circunstâncias do caso em tela quanto em precedentes do STJ. Senão vejamos:

A CELPE defende, ainda, a necessidade de redução do valor indenizatório fixado pelo juiz a quo R\$ 140.000,00, sendo R\$ 70.000,00 para Rilcilene e R\$70.000,00 para Tâmara, a título de danos morais.

Quanto à quantificação da indenização por danos morais, devem ser considerados determinados critérios, tais como: a) compensação dos danos amargados pelo lesado, b) nível socioeconômico das partes, c) intensidade do dolo ou grau da culpa do ofensor, d) repercussões do fato na comunidade em que vive o ofendido e e) o caráter pedagógico da medida, no sentido de estimular o ofensor a não reincidir no ilícito praticado.

Como cediço, a revisão do valor da indenização somente é possível quando exorbitante ou insignificante a importância arbitrada, em flagrante violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, excepcionalidade. Confira-se nesse sentido, a jurisprudência abaixo colacionada:

AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANO MORAL. REDUÇÃO DO VALOR FIXADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ NA HIPÓTESE. PRECEDENTES. ESTABELECIMENTO ESCOLAR. ALUNO. FALECIMENTO. MENOR ATINGIDA POR BALA PERDIDA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO ESTADO. OMISSÃO. DEVER DE VIGILÂNCIA. NEXO CAUSAL PRESENTE. I - Incide, na hipótese, o óbice sumular 7/STJ no tocante ao pedido de revisão do valor fixado pela instância ordinária a título de danos morais: **200.000,00 (duzentos mil reais) relativo ao falecimento da menor atingida por bala perdida no pátio da escola, pois, na hipótese, o mesmo não se caracteriza como ínfimo ou excessivo a possibilitar a intervenção deste eg. STJ. Precedentes: REsp n.º 681.482/MG, Rel. p/ acórdão Min. Luiz Fux, DJ de 30/05/2005; EDcl no REsp n.º 537.687/MA, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ de 18/09/2006; AgRg no Ag n.º 727.357/RJ, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 11/05/2006. (STJ, REsp 893441/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 08/03/2007) (original sem destaques).**

E ainda,

AGRAVO REGIMENTAL. DIREITO CIVIL. MORTE DE FILHO MENOR. CHOQUE ELÉTRICO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PENSIONAMENTO. REDUÇÃO DO QUANTUM. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.

I - Danos materiais devidos, na esteira de precedentes jurisprudenciais, em 2/3 do salário mínimo a partir da data em que o menor teria idade para o trabalho (14 anos) até a data em que ele completaria 25 anos, reduzida para 1/3 a partir de então, até os 65 anos.

II - Dano moral devido como compensação pela dor da perda de filho menor de idade, no equivalente a 500 (quinhentos) salários mínimos, condizente com a gravidade do

126

dano. Precedentes. III - Havendo condenação em importância certa, os honorários advocatícios devem ser fixados, em regra, sobre o valor da condenação (CPC, art. 20, 3º). IV - Com relação ao termo inicial da correção monetária, o tema não foi tratado no Acórdão recorrido, nem sequer agitado nos Embargos Declaratórios interpostos contra a referida decisão, ressentindo-se o Especial, no ponto, do indispensável prequestionamento.

Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 734.987/CE, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 29/10/2009) (original sem destaques)

Como se observa, na hipótese em exame os danos morais não foram arbitrados em patamar exorbitante ou insignificante, porque compatível com os padrões adotados pelo Superior Tribunal de Justiça, não ensejando o montante indenizatório fixado em R\$140.000,00 enriquecimento ilícito por parte das ofendidas.

Sendo assim, a verba indenizatória fixada a título de danos morais deve ser mantida em R\$ 140.000,00 não merecendo esse valor sofrer qualquer redução, por ser inclusive inferior àqueles comumente fixados pelo STJ em casos análogos.

Como se observa, a matéria foi suficientemente analisada pelo voto embargado, inclusive com base na jurisprudência do STJ.

Portanto, percebe-se ser pretensão da CELPE a revisão dos fundamentos integrantes da decisão recorrida, conduta vedada em sede de embargos.

Se a CELPE não se conforma com os termos do julgado, deve manejar o recurso de reforma que for cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

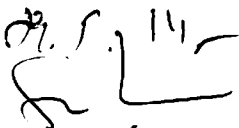
Logo, a decisão da forma em que se encontra é suficiente para caracterizar a efetiva apreciação do feito e o prequestionamento da matéria.

Diante do exposto, **REJEITO** os presentes embargos de declaração, para manter na íntegra o voto embargado.

Por fim, encaminhe-se a Djuci para realizar as próximas intimações na pessoa do Bel. Bruno Novaes de Bezerra Cavalcanti, OAP/PE 19.353, inclusive com anotação na capa dos autos, na forma pleiteada à fl. 414, sob pena de nulidade.

É como voto.

Recife,



EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator